



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 117-2015

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, para repasse de subvenção mensal e dá outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de lei nº 117-2015 de para autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionistas APAE, para repasse de Subvenção mensal.

Pela justificativa em seu artigo 1º que o Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênio para o repasse da R\$ 139.920,00 (cento e trinta e nove mil, novecentos e vinte reais) iniciado nas vigências a data de 01 de Janeiro de 2016, distribuídos nas seguintes formas.

O valor de R\$ 11.660,00 (Onze mil oitocentos e sessenta reais) no mês de Fevereiro/2016 e R\$ 5.830,00 (cinco mil oitocentos e trinta reais) no mês de Março/2016 a Dezembro/2016 no total anual de R\$ 69.960,00 (sessenta e nove mil, novecentos e sessenta reais). Logo depois R\$ 11.660,00 (Onze mil oitocentos e sessenta reais) no mês de Fevereiro/2017 e R\$ 5.830,00 (cinco mil oitocentos e trinta reais) no mês de Março/2017 a Dezembro/2017 no total anual de R\$ 69.960,00 (sessenta e nove mil, novecentos e sessenta reais).

O Artigo 4º do supracitado Projeto de Lei diz que as despesas decorrentes, correrão à conta das dotações orçamentarias que especifica.

A título de justificativa, o Executivo Municipal demonstra que o termo de convênio tem por finalidade desenvolver ações voltadas em benefícios das crianças e adolescentes assistidos pela instituição beneficiada.

Dando Suporte ao Projeto a Lei Organica trata:

Art. 6º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 8º - Compete ao Município, obedecidas as normas federais e estaduais pertinentes:



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

IV - dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:

c) a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 136 - O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade tem o dever de assegurar à todos os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente, razão pela qual esta Comissão é favorável ao mesmo.

É o parecer.


João Carlos Leonardi Filho
(Dango Leonardi)
Relator


Fenelon Bueno Moreira
Presidente


Wilmar José Horning
Membro